

2017 ano 42 v. 272 out.

Artigos

01. **Os Códigos de Processo Penal/1941 e Processo Civil/2015: uma quimera à luz de um manifesto antropofágico**
(Anderson de Paiva Gabriel) 19
02. **Intervenção de terceiros à luz do novo Código de Processo Civil brasileiro: um estudo de seus institutos e das modificações trazidas pela Lei 13.105/2015**
(Artur Custódio da Silva) 55
03. **Formalismo-Valorativo e o novo Processo Civil**
(Claudio Madureira, Hermes Zaneti Jr.) 85
04. **O que é isto: a ordinaryness? Perspectivas de superação no processo civil contemporâneo**
(Igor Raatz, Ziel Ferreira Lopes, William Galle Dietrich) 127
05. **O perfil da desconsideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil de 2015**
(Maurício Antonio Tamer) 163
06. **Competência para julgar embargos à execução cujo título executivo extrajudicial consiste num contrato com cláusula compromissória**
(Luciano Vianna Araújo) 189
07. **A estabilização da demanda no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis: novas reflexões sobre a alteração do pedido e da causa de pedir à luz do Código de Processo Civil de 2015**
(Fábio Lima Quintas, Gustavo Linhares) 215
08. **A nova ordem dos processos no Tribunal: colegialidade e garantias no CPC/15**
(Guilherme Jales Sokal) 237
09. **O novo desenho estrutural dos embargos de divergência no Superior Tribunal de Justiça traçado pelo Código de Processo Civil de 2015**
(João Ricardo Camargo) 271
10. **A possibilidade de interpor apelação para corrigir vícios típicos dos embargos de declaração**
(Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa, Marcela Domingues Pordeus) 297
11. **Ação rescisória contra decisão interlocutória de mérito e contra capítulo não recorrido**
(Welder Queiroz dos Santos) 327
12. **Habeas data ambiental em face do conhecimento de informações genéticas**
(Celso Antonio Pacheco Fiorillo, Renata Marques Ferreira) 351
13. **A teoria dos precedentes como uma teoria normativa da jurisdição**
(Ramon Ouais Santos, William Soares Pugliese) 375

14.	Unconscionability as a defense against enforcement of arbitration clauses in the aftermath of AT&T Mobility v. Concepcion (<i>Angela Carpi</i>)	399
15.	Negócio jurídico processual, direitos que admitem a autocomposição e o pactum de non petendo (<i>Delosmar Domingos de Mendonça Neto, Luciano Cezar Vernalha Guimarães</i>)	419
16.	La diferencia entre juez conciliador, mediator y componedor de conflictos (<i>Hanns Prütting</i>)	441
17.	Atualidades sobre a mediação de conflitos no Brasil a partir de 2015 (<i>Renata Moritz Serpa Coelho</i>)	453